

O mar que habita em mim: estratégias de comunicação sobre o trabalho da pesca artesanal de mulheres das águas

The sea that lives in me: communication strategies about the artisanal fishing work of women from the waters

El mar que habita en mí: estrategias de comunicación sobre el trabajo pesquero artesanal de las mujeres de las aguas

Mariana Gurbindo Flores^{1,2,a}

marianagurbindoflores@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0002-2772-8988>

Ana Catarina Leite Vêras Medeiros^{1,a}

acvvm2002@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0001-7093-9556>

Rosely Fabrícia de Melo Arantes^{1,a}

roselyarantesimprensa@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0001-5211-9159>

Thaynã Karen dos Santos Lira^{1,b}

thaynakaren00@hotmail.com | <https://orcid.org/0000-0003-4888-2631>

Mariana Maciel Nepomuceno^{1,3,c}

nepomucenomariana@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0002-4144-0016>

Bianca Cardoso Peixinho^{1,a}

peixinhovet@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0002-7516-534X>

Idê Gomes Dantas Gurgel^{1,d}

ide.gomes@fiocruz.br | <https://orcid.org/0000-0002-2958-683X>

Mariana Olívia Santana dos Santos^{1,4,d}

mariana.santos@fiocruz.br | <https://orcid.org/0000-0002-2129-2335>

¹ Fundação Oswaldo Cruz, Instituto Aggeu Magalhães, Departamento de Saúde Coletiva, Laboratório de Saúde, Ambiente e Trabalho. Recife, PE, Brasil.

² Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste, Núcleo de Ciências da Vida, Curso de medicina. Caruaru, PE, Brasil.

³ Faculdade Pernambucana de Saúde. Recife, PE, Brasil.

⁴ Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, RN, Brasil.

^a Mestrado em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz.

^b Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco.

^c Doutorado em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco.

^d Doutorado em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz.

RESUMO

As pescadoras artesanais do litoral de Pernambuco enfrentam os impactos das indústrias, do derramamento de petróleo e da pandemia de covid-19, conformando uma sindemia que agrava as vulnerabilidades socioeconômicas, ambientais e sanitárias. Objetivou-se demonstrar que estratégias de comunicação e divulgação científica, como a cartilha “Saúde das mulheres das águas” e o documentário O mar que habita em mim, são importantes por promoverem a democratização do conhecimento. Trata-se de pesquisa-ação do tipo

etnográfica para identificar aspectos do trabalho e da vida. Participaram 34 pescadoras, mediante grupos focais, oficina de fluxograma laboral, vivência do trabalho da pesca, análise e produção de estratégias. Esses materiais demonstram a relação saúde doença no trabalho da pesca enfatizando narrativas sobre determinação social da saúde. As estratégias comunicativas provocaram interesse da sociedade, promoveram debate e contribuíram para a consciência de profissionais/gestores de saúde sobre os povos das águas e as situações nos territórios.

Palavras-chave: Comunicação em saúde; Comunicação e divulgação científica; Trabalho; Mulheres pesqueiras; Pesca artesanal.

ABSTRACT

Artisanal fisherwomen of Pernambuco face the impacts of the industries, of an oil spill and of the covid-19 pandemic, forming a syndemic that aggravates socioeconomic, environmental and health vulnerabilities. The objective was to demonstrate that scientific communication and dissemination strategies, such as the booklet “Saúde das mulheres das águas” and the documentary *O mar que habita em mim*, promote knowledge. This is an ethnographic type of action research to identify aspects of work and life. A total of 34 artisanal fisherwomen participated, in focus groups, labor flowchart workshop, experience of fishing work, analysis and production of strategies. These materials demonstrate the health disease relationship in fishing work, emphasizing the narratives of the fisherwomen about the social determination of their health. The communicative strategies provoked society’s interests, promoted the debate and contributed to the awareness of professionals and health managers about the health of water’s people and situations in the territories.

Keywords: Health communication; Scientific communication and diffusion; Work; Fishing women; Artisanal fishing.

RESUMEN

Pescadoras artesanales de pernambucano enfrentan impactos de industrias, derrame de petróleo y la pandemia de covid-19, formando una sindemia que agrava vulnerabilidades socioeconómicas, ambientales y de salud. El objetivo fue demostrar que las estrategias de comunicación y divulgación científica, como el folleto “Salud das mujeres das aguas” y el documental *El mar que habita en mí*, democratizan el conocimiento. Tiene abordaje de investigación-acción, etnográfica, para identificar aspectos del trabajo y la vida. Participaron 34 pescadoras en grupos focales, taller del flujo de trabajo, vivencia del trabajo en la pesca, análisis y elaboración de estrategias. Estos materiales demuestran la relación salud enfermedad en el trabajo pesquero, enfatizando narrativas sobre la determinación social de la salud. Las estrategias comunicativas despertaron el interés de la sociedad, promovieron el debate y contribuyeron a la sensibilización de los profesionales/gestores de la salud sobre los pueblos de las aguas y las situaciones de los territorios.

Palabras clave: Comunicación en salud; Comunicación y divulgación científica; Trabajo; Mujeres pescadoras; Pesca artesanal.

INFORMAÇÕES DO ARTIGO

Contribuição dos autores:

Concepção e desenho do estudo: Mariana Gurbindo Flores; Mariana Olívia Santana dos Santos, Idê Gomes Dantas Gurgel. Aquisição dos dados: Mariana Gurbindo Flores, Thaynã Karen dos Santos Lira, Ana Catarina Leite Vêras Medeiros; Bianca Cardoso Peixinho, Mariana Olívia Santana dos Santos, Rosely Fabrícia de Melo Arantes, Idê Gomes Dantas Gurgel, Mariana Maciel Nepomuceno.

Análise dos dados: Mariana Gurbindo Flores, Thaynã Karen dos Santos Lira, Ana Catarina Leite Vêras Medeiros; Bianca Cardoso Peixinho, Mariana Olívia Santana dos Santos, Rosely Fabrícia de Melo Arantes, Idê Gomes Dantas Gurgel, Mariana Maciel Nepomuceno.

Interpretação dos dados: Mariana Gurbindo Flores, Thaynã Karen dos Santos Lira, Ana Catarina Leite Vêras Medeiros; Bianca Cardoso Peixinho, Mariana Olívia Santana dos Santos, Rosely Fabrícia de Melo Arantes, Idê Gomes Dantas Gurgel, Mariana Maciel Nepomuceno.

Todos os autores são responsáveis pela redação e revisão crítica do conteúdo intelectual do texto, pela versão final publicada e por todos os aspectos legais e científicos relacionados à exatidão e à integridade do estudo.

Declaração de conflito de interesses: não há.

Fontes de financiamento: Este estudo faz parte do projeto “Desastre do petróleo e saúde dos povos das águas” financiado por: Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Programa Institucional de Territórios Sustentáveis e Saudáveis (PITSS) da Fiocruz, e com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001.

Considerações éticas: O presente artigo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Aggeu Magalhães, CAAE: 25398119.9.0000.5190.

Agradecimentos/Contribuições adicionais: Luara Olívia Santana dos Santos, Clara Gouveia, Nathalie Alves Agripino, Ana Márcia Ferreira da Silva Souza, Lucileide Francisca Evangelista de Lima, Valéria Maria de Alcântara e Vânia Maria de Alcântara.

Histórico do artigo: submetido: 18 ago. 2023 | aceito: 6 dez. 2023 | publicado: 4 jun. 2024.

Apresentação anterior: Não houve.

Licença CC BY-NC atribuição não comercial. Com essa licença é permitido acessar, baixar (*download*), copiar, imprimir, compartilhar, reutilizar e distribuir os artigos, desde que para uso não comercial e com a citação da fonte, conferindo os devidos créditos de autoria e menção à Reciis. Nesses casos, nenhuma permissão é necessária por parte dos autores ou dos editores.

INTRODUÇÃO

A comunicação em saúde permite ampliar o debate sobre as necessidades de saúde, refletir sobre os interesses públicos e fortalecer a integralidade do cuidado e a intersectorialidade das ações em saúde para além do mero repasse de informações sobre a promoção de práticas de cuidado e da prevenção de doenças (Araújo *et al.*, 2020; Cardoso; Rocha, 2008). Considerando a comunicação em saúde um direito humano fundamental para a constituição e o funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS), é preciso garantir sua horizontalidade, tendo a população como participante e criadora (Santos *et al.*, 2021).

É essencial haver o engajamento comunitário, fundamento para a participação social, princípio organizativo do SUS, construindo, assim, a cidadania e os sujeitos coletivos, fundamentais para a conquista de direitos sociais, pois o direito à comunicação se entrelaça ao próprio exercício da cidadania na partilha de recursos e de acessos aos espaços de poder e de representação. Além disso, é preciso que Estado e organizações sociais promovam uma comunicação comunitária e emancipatória, considerando a diversidade de sujeitos, o contexto local e o desenvolvimento de redes comunicativas, respeitando o direito humano e social à comunicação, à informação e à voz (Santos *et al.*, 2021; Stevanim; Murtinho, 2021).

Outra reflexão importante se dá com os avanços industriais e tecnológicos da modernidade, que poderiam trazer exercícios emancipatórios e ampliação das possibilidades de acesso e de direitos às pessoas. Contudo, devido ao seu caráter explorador e extrativista, esses avanços, por vezes, limitam o acesso e a participação da maioria. Isso se dá por questões sociais, econômicas, políticas, culturais, ideológicas e, especialmente, pelas disputas de poder, muitas vezes sustentadas pela ausência do direito à comunicação (Porto, 2011; Santos *et al.*, 2016; Santos *et al.*, 2017).

No Brasil, em particular no estado de Pernambuco, a ampliação do modelo desenvolvimentista neoliberal, com políticas que visam à reprodução e à acumulação do capital, promove processos destrutivos nos territórios. Um deles foi a ampliação do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS), principal complexo industrial do estado, localizado nos municípios de Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho (PE) (Santos *et al.*, 2016; Santos *et al.*, 2017). Soma-se a esse contexto o desastre-crime ambiental ocorrido no Brasil em 2019: o derramamento de petróleo no litoral nordestino, afetando imensamente o ecossistema desses municípios.

Em Pernambuco foram recolhidas mais de 1.600 toneladas de petróleo, equivalente a 73,97% do total de petróleo derramado (Araújo *et al.*, 2020; Mesquita; Quinamo, 2020).

Ampliando ainda mais esses impactos nos territórios, no primeiro trimestre de 2020, ocorreu a pandemia de covid-19 no Brasil e no mundo. Além das consequências graves dessa doença, observou-se uma “síndemia”, pois, de forma sinérgica, ocorreu o aumento da incidência de outras doenças, como hipertensão, diabetes, ansiedade, depressão – o que potencializou seus efeitos clínicos e sociais. Aprofundou-se, portanto, o quadro global de fragilidades dos sistemas sociais, de desafios ambientais negligenciados e de crise econômica mundial. Impactos desiguais e injustos se evidenciaram nas taxas de infecção e de mortes entre distintos grupos sociais. Houve também a piora das condições de vida da população, mais intensa nos grupos que já se encontravam em situação de vulnerabilidade (Bispo Júnior; Santos, 2021).

A vulnerabilidade social, no campo ambiental ou dos desastres, ocorre quando grupos sociais estão susceptíveis, de maneira diferenciada, frente ao risco decorrente de algum perigo, por serem de camadas mais pobres, com um alto nível de privações. Quando algum desastre se dá em espaços com população, especialmente de camadas mais pobres, com pouca renda, que lidam com muitas privações e vivem em áreas deterioradas ambientalmente, estamos na presença de uma vulnerabilidade socioambiental (Cartier *et al.*, 2009). Na dimensão da saúde pública, a vulnerabilidade vem se ampliando para além do enfoque biomédico (aquele que apresenta predisposição para tal doença, risco de adoecer), considerando os contextos e os processos dos modos de vida das pessoas e comunidades (Porto, 2011).

Nos territórios nos quais residem comunidades tradicionais de pesca artesanal, em que há desenvolvimento neoliberal de matrizes energéticas poluidoras e presença de grandes empreendimentos, o desastre-crime do petróleo e a síndemia de covid-19 intensificaram processos de vulnerabilização, como conflitos ambientais, desterritorialização, destruição de ecossistemas, perdas simbólicas e materiais, perdas de direitos sociais, adoecimentos, ausência de comunicação, informação e discussão sobre os possíveis impactos nos territórios e sobre a exclusão das comunidades locais nos processos decisórios. Além disso, os gestores e os profissionais das instituições, que deveriam exercer proteção social, ainda não compreendem a magnitude e a complexidade dos impactos gerados (Gurgel, 2011; Santos *et al.*, 2016; Santos *et al.*, 2017). Consequentemente, são intensificados desafios e desgastes dos processos de trabalho das comunidades da pesca artesanal, que dependem do ecossistema costeiro para sua sobrevivência, onde produzem e reproduzem sua vida.

A desigualdade de gênero aprofunda o problema vivenciado na realidade das mulheres da pesca artesanal – também denominadas “mulheres das águas”. Elas se inscrevem em um identitário ancestral de luta e resistência em seus territórios, e guardam e fortalecem as histórias e a tradicionalidade da pesca artesanal. Essas mulheres se relacionam diretamente com as águas, das quais tiram o sustento e a soberania, e onde se ressignificam diariamente (Azevedo, 2021; Barros *et al.*, 2021; Sacramento, 2019).

A existência coletiva, enquanto “mulheres das águas”, alberga em si opressões que se acumulam a partir das iniquidades de gênero, raça, etnia e classe, sendo a invisibilização do trabalho na pesca artesanal mais um processo de vulnerabilização histórico instaurado. Isso ocorre porque essa atividade ainda é socialmente considerada masculina, estando atrelada à força, à coragem e à capacidade de prover as famílias. A manutenção da estrutura capitalista atual, potencializada pelo modelo neoliberal de relações produtivas, fortalece o patriarcado. Dessa maneira, atribui-se uma hierarquização entre prioridades e responsabilidades que resulta na sobrecarga das mulheres. Esse modelo de administração é herança do passado colonial e da escravidão, raízes das desigualdades de gênero e de raça no Brasil (Gago, 2020).

Assim, mesmo com essas mulheres desempenhando papel fundamental em todas as etapas dos processos produtivos, muitas vezes, elas não são reconhecidas. E ainda são responsáveis pelo trabalho reprodutivo e o do cuidado com a família e com o lar, marcando uma tripla jornada de trabalho dessas mulheres (Gago,

2020). Além disso, Pena e Gomez (2014), como também Lopes *et al.* (2021), evidenciaram diferentes riscos, perigos e situações de vulnerabilidades e de adoecimento a que esse grupo está exposto, com sobrecarga de trabalho aliada a péssimas condições de trabalho nos manguezais, exposição a poluentes, calor excessivo e atividades que as sobrecarregam fisicamente.

É preciso, portanto, promover visibilidade sobre a realidade das mulheres das águas e sobre os processos de vulnerabilização existentes nesses territórios. Para isso, é fundamental conhecer como elas se relacionam com seu trabalho, suas etapas e formas de adoecimento e cuidado, para garantir que elas continuem exercendo, com saúde, seus papéis em suas comunidades. Além disso, é imprescindível que o SUS considere essas trabalhadoras no planejamento e desenvolvimento de ações assistenciais de cuidado e recuperação, como também na perspectiva da promoção, prevenção e vigilância em saúde, conforme preconizado na Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT) e na Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF) (Brasil, 2012, 2013).

Diante desse contexto, as estratégias de comunicação se tornam válidas, pois fortalecem a construção simbólica pela qual as pessoas recebem, processam e produzem sentidos em suas vidas (Araújo *et al.*, 2020; Cardoso; Rocha, 2008; Santos *et al.*, 2021). Além disso, quando utilizadas na perspectiva horizontalizada (Cardoso; Rocha, 2008), induzem a processos participativos e dialógicos de produção e circulação de informações e sentidos, proporcionando novas formas de construção de saberes e conhecimentos, de circulação da palavra e da imagem. Ao fazer uso da arte, as estratégias de comunicação contribuem para a produção de novos sentidos e de novas interpretações possíveis das experiências comuns, ampliando, dessa forma, o acesso ao conhecimento por todos (Fasanello; Porto, 2022; Santos *et al.*, 2017; Santos *et al.*, 2021; Stevanim; Murtinho, 2021).

Este artigo, portanto, busca demonstrar como as estratégias de comunicação na perspectiva dialógica podem produzir novos sentidos e contribuir para a democratização do conhecimento científico.

MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa-ação (Santos *et al.*, 2017), por possibilitar inclusão e diálogo dos sujeitos. É do tipo etnográfica (Nakamura, 2011), pois parte da descrição da realidade social das mulheres das águas do litoral pernambucano, a fim de identificar os aspectos do processo de trabalho e a sua relação com a vida e o processo saúde doença.

Realizada no período de fevereiro de 2021 a agosto de 2022, teve como participantes 34 mulheres das águas, pescadoras artesanais de comunidades tradicionais dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, no litoral de Pernambuco. A construção dos dados primários foi realizada nas etapas de: 1) grupos focais; 2) oficina sobre o fluxograma do trabalho; 3) vivência do trabalho da pesca; e 4) sistematização, análise dos dados e produção dos materiais (cartilha e documentário).

Os grupos focais foram orientados pela dinâmica da Educação Popular em Saúde (EPS), a partir do referencial teórico (Freire, 1979), valorizando a identidade cultural, as práticas, os saberes populares e tradicionais, com vistas a conhecer essas mulheres e os processos de determinação social da saúde, existentes em seus territórios, segundo o referencial teórico da epidemiologia crítica detalhado em outro artigo (Breilh, 2013; Flores *et al.*, 2024).

Um roteiro para os encontros foi estruturado a partir dos grupos focais, para aprofundar o conhecimento sobre as etapas do processo de trabalho, desde a extração e a produção até a comercialização dos produtos. Em seguida, foi promovida uma oficina com base no Diagnóstico Rural Participativo (DRP) destinada à construção do fluxograma do trabalho (Verdejo, 2010).

A vivência do trabalho aconteceu no dia seguinte à oficina e consistiu na observação e participação do trabalho das mulheres das águas para compreender a cultura das pescadoras e identificar os costumes e

as manifestações culturais, da vida e do trabalho (Nakamura, 2011). Também foram realizadas entrevistas individuais e em grupo em lugares e momentos estratégicos, como nas idas aos pontos de coleta de mariscos e no cotidiano da casa em que vivem. Foi elaborado um diário de campo, e as entrevistas foram acompanhadas pelo suporte de gravador e de câmera fotográfica/filmadora, para registro audiovisual das atividades e para captar as expressões complementares do processo de trabalho.

A equipe, formada exclusivamente por mulheres, contou com quatro pesquisadoras, profissionais do audiovisual (diretora, fotógrafa e captadora de áudio) e do *design* (*designer*, fotógrafa e desenhista), que definiram os percursos desde o roteiro, passado pela pré-produção, e a pós-produção, culminando na finalização do documentário e da cartilha.

Os dados foram transcritos e sistematizados em tabela do Excel 2010, considerando as categorias emergentes do processo de trabalho, tais como: os instrumentos utilizados na pesca, na preparação e no deslocamento, o trabalho propriamente dito, o tratamento e a limpeza dos produtos, a comercialização e o armazenamento. Considerou-se também a Matriz de Processos Críticos (Breilh, 2003), para caracterização dos processos protetores e destrutivos da saúde. Buscando superar os formatos tradicionais de apresentação de pesquisa e descolonizar o conhecimento, os resultados foram estruturados como obra artística apoiada na ciência (Netto; Silva; Gurgel, 2022), com dois produtos técnicos: cartilha e documentário.

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e está condizente com os princípios de proteção às participantes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nas narrativas dessas mulheres transparecem a relação direta de suas vidas com o trabalho e as suas forças e resistências nos territórios, o que reforça o termo utilizado: mulheres das águas. Através das etapas do trabalho, é possível visualizar o processo de trabalho na pesca artesanal, permitindo e fomentando o conhecimento para a população em geral e oportunizando refletir sobre o processo de trabalho dessas mulheres, que, entre outras coisas, são responsáveis pela soberania alimentar tanto das suas famílias como do povo brasileiro (Flores *et al.*, 2022; O mar [...], 2023).

CARTILHA “SAÚDE DAS MULHERES DAS ÁGUAS”

A ideia da cartilha “Saúde das mulheres das águas” (Figura 1) surgiu durante o processo de pesquisa com objetivo de possibilitar a apresentação dos resultados de maneira mais dialógica e didática, sendo, portanto, mais inclusiva, além de promover visibilidade ao processo de trabalho das mulheres das águas, nos serviços de saúde e na sociedade em geral.

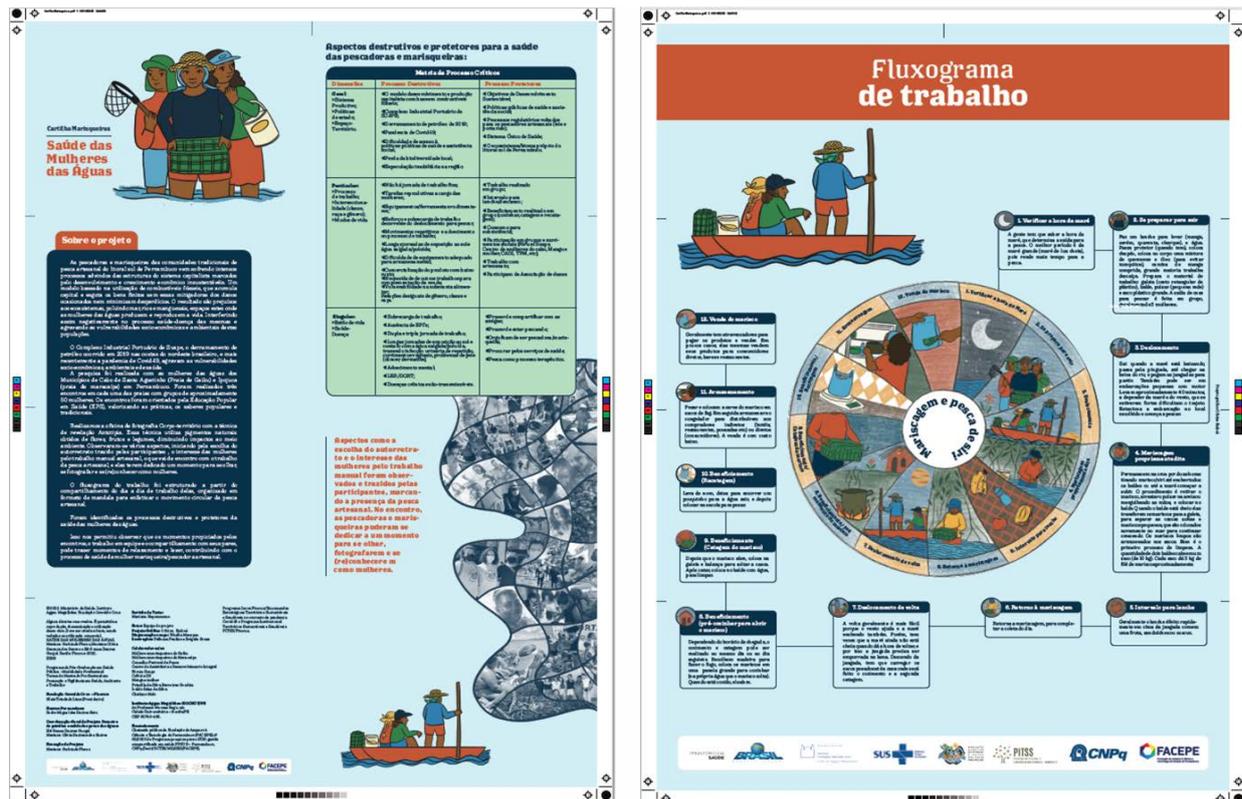


Figura 1 – *Template* da cartilha “Saúde das mulheres das águas”
Fonte: Flores, Santos, Gurgel (2022).

Durante os grupos focais, e com o avanço do diagnóstico dos processos críticos que relacionavam os aspectos protetores e destrutivos à saúde das pescadoras participantes, observou-se que um produto técnico com desenho gráfico e artístico poderia contribuir para a difusão desses resultados. Esse diagnóstico foi reforçado pelas próprias falas das mulheres sobre o desconhecimento de que os serviços de saúde têm de atender às demandas e às queixas delas.

Nesse material, as mulheres das águas relatam como se dá a divisão do trabalho da pesca, em que a pesca artesanal consiste, como ela é realizada em alto-mar. É fundamental dar voz a essas mulheres, pois essa é uma atividade ocupada majoritariamente pelos homens. Os trabalhos de extração e de catagem é que costumam ser executados pelas mulheres.

[...] Aqui tem uma diferença de [...] pesca. Tem a pesca do mar de fora, que poucas mulheres vão. Tem mulheres que vai, mas são poucas. Tem a pescaria de estuário, que também tem poucas mulheres que sabem pescar de estuário, que é botar imenso [...] redes, várias redes, vários [...] metros e metros de rede, enfiados com a raiz do mangue, ao redor do mangue, para levantar-se com a maré cheia. São pouquíssimas mulheres que fazem isso. E tem a pesca [...] do marisco, da marisqueira. No caso que eu sou marisqueira. (Marisqueira – grupo focal Gaibu)

A exploração do sistema capitalista, sustentado na exploração dos corpos femininos, é expressa na exploração das mulheres durante a realização das tarefas reprodutivas que não são consideradas trabalho. A tripla jornada se impõe pelo trabalho fora e dentro de casa, e pelo trabalho afetivo da manutenção das relações e das redes de cuidados (Gago, 2020).

Os relatos das mulheres das águas deixam claro a sobrecarga que elas enfrentam diariamente.

[...] Ai tem que fazer as obrigações [...] quem tem filho, fazer comida para os filhos [...] e quem não tem filho tem que fazer comida para si própria, não é?, quando voltar do mangue, porque senão, quando voltar, vai morrer de fome. (Marisqueira – grupo focal Maracaípe)

É preciso buscar caminhos que apresentem novas chaves de leitura, novas formas de pensar e sentir que nos animem a produzir conhecimentos e práticas mediante encontros sensíveis e engajados, envolvendo diversos sujeitos sociais e seus múltiplos saberes, a partir da interação de linguagens e narrativas científicas, artísticas, poético-musicais e populares que integrem razão e afeto (Netto; Silva; Gurgel, 2022).

Partindo dessa perspectiva, a cartilha apresenta as etapas detalhadas da jornada de trabalho das mulheres das águas, na pesca e/ou na mariscagem artesanal. A mandala é uma representação ilustrada que respeita a ciclicidade do trabalho dessas mulheres. As atividades da mariscagem e/ou da pesca artesanal desenvolvidas pelas mulheres das águas se apresentam no sentido cíclico, acompanhando os “fluxos e refluxos” das marés sobre as costas, que acontecem duas vezes por dia, em relação à rotação da terra, mas também em relação às fases da lua (Pena; Freitas, 2014; Pena; Gomes, 2014).

Seja no manguezal ou nos arrecifes (que as mulheres chamam de “croa”), os ciclos do processo de trabalho normalmente se iniciam com a maré baixa/seca e se encerram com a elevação da maré, prosseguindo com o transporte dos mariscos, dos siris ou dos aratus até a residência, na qual os produtos são tratados para posterior armazenamento, comercialização e/ou consumo próprio.

A mandala (Figura 2) ilustra as etapas identificadas, a partir da elaboração do fluxograma do processo de trabalho das mulheres das águas, ora da mariscagem, ora da pesca, para os quais se encontraram semelhanças, mas também diferenças, nos processos da extração de mariscos e/ou da pesca de aratu e siri.

Em cada ciclo do processo de trabalho, é possível encontrar as seguintes etapas. A primeira consiste em “verificar a hora da maré”, momento em que as marisqueiras e/ou as pescadoras observam o horário em que a maré estará seca/baixa, sinalizando qual o melhor horário para pescar e/ou mariscar. A segunda corresponde ao momento de “se preparar para sair”. Aqui, as “mulheres das águas” organizam os materiais de trabalho, colocam os Equipamentos de Proteção Individual (EPI), quando existentes, organizam as tarefas do lar: cozinhar para os filhos (as que têm filhos), preparar o lanche que vão levar e comer alguma coisa antes de sair. Na terceira etapa, ocorre o “deslocamento” até o local onde a mulher irá pescar e/ou mariscar. Esse percurso se dá caminhando e/ou de jangada (sem motor, na maioria das vezes), utilizando o remo. Na quarta etapa, que ocorre no local de trabalho (mangue ou croa), acontece o que denominamos “mariscagem/pesca” propriamente dita.

Na mariscagem, as mulheres das águas ficam em pé na água (muitas vezes submersas até a cintura), com a coluna flexionada e segurando o puçá, que é enfiado na areia. Então, elas arrastam os mariscos e os colocam na rede do puçá. Nesse momento, também utilizam a galeia (cesto de plástico) para colocar os mariscos e balançar para limpá-los. Os pequenos voltam para o mar, para continuar a reprodução, e os maiores são colocados no saco plástico, para serem transportados posteriormente. Nessa etapa, realizam-se movimentos repetitivos que requerem esforço físico. Na pesca de aratu, elas ficam em pé, com a coluna ereta e o corpo na lama, ou sentadas nas gaiteiras (raízes do mangue).

Nesses momentos, as mulheres fazem barulho ou cantam para atrair o aratu e utilizam uma vara com isca, que pode variar desde frutas até couro de galinha e polvo. Essas ações se repetem até elas preencherem os sacos ou a maré subir. Ocorre então, a quinta etapa, o “intervalo para lanche”, de forma muito rápida, para logo retomar às atividades – a etapa de “retorno à mariscagem”.

A sétima etapa é quando se faz o “deslocamento de volta”. Nesse momento, também se realiza esforço físico, tanto para carregar os sacos cheios de marisco e/ou aratu até a jangada quanto para remar de volta para casa.

As etapas oito, nove e dez acontecem ao se chegar na residência e são denominadas etapa de “beneficiamento”, em que as mulheres formam grupos para realizar as atividades em cinco momentos: inicialmente procuram lenha para pré-cozinhar o marisco na panela sem água, até abrir. Os aratus/siris são fervidos com água e sal para serem catados. Após esse processo, os mariscos são colocados ainda quentes nas galeias, nas quais são balançados para limpeza e separação entre as cascas e o filé (no caso de aratu, usa-se faca para separar a casca do filé). Em seguida, ocorre a “recatagem”, último momento de limpeza do filé de marisco e/ou de aratu/siri com água, para, então, ser empacotado no saco plástico, com 1kg de filé de marisco/aratu em cada saco.

Depois vem a décima primeira etapa, o “armazenamento” no *freezer*, para posterior venda ou consumo próprio. A décima segunda e última etapa do é a “venda do marisco e/ou do aratu”, sendo a do marisco realizada por meio de atravessadores, enquanto o aratu é vendido por elas mesmas.



Figura 2 – Mandala representando a jornada do processo de trabalho das mulheres das águas, na pesca e/ou na mariscagem artesanal

Fonte: elaborado pelas autoras e ilustrado pela equipe da Embuá, 2023.

A cartilha demonstrou ser uma importante ferramenta de comunicação e divulgação científica para ampliação da comunicação entre as pessoas, ao permitir que diversos públicos tivessem acesso às informações e mais aproximação com a temática do processo de trabalho das mulheres das águas, no território, nas

rodas de conversa de movimentos sociais com profissionais de gestão e de serviços de saúde, nos cursos formativos no âmbito acadêmico – ou seja, percorrendo vários espaços e públicos com diferentes níveis de instrução e entendimento.

Em todos esses espaços, foi nítida a importância dessa estratégia como uma forma de comunicação que permite um entendimento rápido, a visibilização das mulheres das águas e o acesso equânime à informação, além de evidenciar o desconhecimento sobre a temática e o interesse pela visibilidade dos desafios que as marisqueiras e/ou pescadoras do litoral pernambucano enfrentam na produção e na reprodução da vida. Corroborando com Cardoso e Rocha (2008), esse instrumento pode ser visto como uma potente ferramenta de informação para uma práxis, sendo, portanto, uma escolha assertiva para a comunicação em saúde.

No âmbito da área da saúde, os profissionais de saúde poderão ter uma melhor compreensão da determinação social da saúde, existente na vida e no trabalho que envolve a pesca artesanal, em especial aquela desenvolvida pelas mulheres das águas. Em diversos discursos nos territórios, percebeu-se a dificuldade de vínculo e acesso aos serviços de saúde. Apesar de essas mulheres procurarem as unidades de saúde, ainda há muito desconhecimento quanto ao modo de vida e ao trabalho desenvolvido por elas. Esse fato repercute diretamente no processo de cuidado realizado pelos profissionais e na compreensão sobre a relação saúde doença (Pena; Gomez, 2014; Lopes *et al.*, 2021).

Por fim, essa cartilha possibilita que os gestores tenham uma visualização rápida e possam utilizá-la em processos de educação permanente em saúde. Esse material também pode instrumentalizar a construção de políticas e de serviços públicos que garantam saúde, estando atrelado aos princípios do SUS e superando os desafios para a vigilância em saúde desses trabalhadores (Pena; Gomez, 2014).

DOCUMENTÁRIO O MAR QUE HABITA EM MIM

O documentário *O mar que habita em mim* (2023) (Figura 1) promoveu encontro de saberes, apresentando as narrativas sobre o processo de trabalho e a relação das mulheres com a pesca artesanal. O documentário, que tem duração de 12 minutos e 36 segundos, traz a história de vida das mulheres das águas, perpassando pela relação vida e trabalho. O grande desafio vivenciado foi transpor toda a pesquisa realizada para as imagens do documentário em linguagem e formato de audiovisual.



Figura 3 – Cartaz do documentário O mar que habita em mim
Fonte: O mar que habita em mim (2023).

Observou-se que esse formato de comunicação aumenta o interesse da sociedade para além do entretenimento, tanto para um processo educativo/pedagógico quanto para os processos formativos de ensino/aprendizagem, configurando-se, assim, como alternativa de construção de saberes e conhecimentos. Trata-se de um instrumento de comunicação para expressar denúncias, contar sobre saberes e territórios, e divulgar e comunicar diferentes problemas ou mesmo soluções encontradas em face das diversidades (Santos *et al.*, 2017).

A proposta foi ampliar espaços para que as mulheres fizessem suas vozes valerem, denunciasses a realidade dos territórios vulnerabilizados e ecoassem as percepções sobre conflitos e danos à saúde e ao ambiente, pautas e temas dessas comunidades e desses sujeitos que são constantemente invisibilizados.

Como relatou a pescadora na sua fala:

[...] Com certeza que esse Porto aí de Suape... que não tem condição [...]. O Porto disse que não polui, está mentindo. O Porto, o hotel... O hotel que não é de hoje, é de muitos anos... E principalmente o esgoto

que ali é todo, não é? Que diz que é tratado, mas não é tratado. Que eu nunca vi nada tratado, o negócio lá dentro do mangue... o negócio do mangue [...]. E o mau cheiro? Tem que sentir o mau cheiro. (Marisqueira – grupo focal Gaibu)

Nesse processo, buscou-se valorizar essas mulheres, reforçando suas forças e lutas e reafirmando a importância que elas têm para seu território. Para tal, o documentário foi apresentado pela primeira vez na comunidade de Tiriri, praia de Suape, Cabo de Santo Agostinho (PE). Esse momento representou mais do que uma apresentação do documentário e da distribuição da cartilha Saúde das mulheres das águas. Foi um encontro que promoveu um diálogo para conhecer as impressões das protagonistas sobre suas participações e a importância do retorno da pesquisa ao território. Conforme Santos e pesquisadores (2016) identificaram em seu estudo, essa estratégia de comunicação foi considerada adequada pela população, o que possibilitou discussões sobre os desafios vivenciados no território, de forma ampliada e participativa, evidenciando perigos e nocividades atuais e futuros.

A cobertura da mídia pernambucana sobre o documentário possibilitou ainda que, de forma pontual, a produção e a reprodução da vida dessas mulheres e das respectivas comunidades tradicionais, enquanto temáticas historicamente vulnerabilizadas e invisibilizadas, fossem vistas (Documentário [...], 2023; Fiocruz, 2023). Apesar disso, há de se refletir que, justamente por terem concessões públicas, esses meios de comunicação deveriam ter um papel mais direcionado ao interesse público, contemplando uma comunicação participativa e dialógica, combatendo e superando a lógica verticalizada, centralizadora e homogeneizadora do sistema capitalista (Santos *et al.*, 2017; Silva; Rodrigues, 2020).

Para superar esses processos de injustiças sociais, é importante que as vozes dos territórios sejam visibilizadas, como em situações que impactam diretamente nesses locais, o que não ocorre, como observamos na negligência da mídia durante o desastre crime do petróleo de 2019 (Silva; Rodrigues, 2020; Vozes [...], 2020).

Como relatado por uma das pescadoras:

Ah, impactou muito. Esse derramamento foi terrível, não é? Porque a gente ficou sem poder pescar, porque aqui na ilha deu muito, [...] óleo [...] os manguezais, se você prestar atenção, tem muito manguezal ainda que está com óleo. Que não consegui tirar tudo [...]. Foi horrível porque ninguém queria comprar o nosso pescado com medo. Porque não sabia [...]. Porque é uma coisa tóxica. Aí todo mundo ficou [...] renda zero. Foi triste. Aí, para completar, veio a pandemia. Aí esqueceram o óleo. Mas o óleo está presente aí. A pandemia [...] já maneirou mais um pouquinho. Mas o óleo continua [...]. Porque tem muitos lugares que ainda têm óleo. (Pescadora – grupo focal Gaibu)

Além do atraso na veiculação dos fatos pela mídia – tanto nos veículos de alcance nacional quanto nos de alcance regional –, foram priorizadas as vozes institucionais e especializadas em detrimento das vozes dos povos e das comunidades tradicionais diretamente afetados. Muitas vezes, a mídia trouxe outras questões para tirar o foco do desastre que ocorria (Silva; Rodrigues, 2020; Vozes [...], 2020).

Colocar luz sobre esse tema e sobre esses sujeitos possibilitam que diversos espaços acadêmicos e populares não apenas conheçam os resultados da pesquisa, mas também compreendam como se dá o processo de trabalho desenvolvido pelas mulheres da pesca artesanal e como o desastre crime do petróleo amplificou suas condições de vulnerabilidades. Dessa forma, propõe-se outro olhar para a denúncia implícita de racismo ambiental sofrido por elas (Knox; Ferreira, 2023; Silva; Rodrigues, 2020).

O documentário permitiu a ampliação da visibilidade das mulheres das águas, mediante estratégia de cinedebate em espaços acadêmicos, como curso de formação e lançamento, numa instituição de pesquisa,

com a participação de intelectuais do território (pessoas dos movimentos sociais que estudam as vulnerabilizações), das mulheres das águas, de acadêmicos e da gestão do SUS – diversos sujeitos de variados espaços que puderam debater e refletir sobre o trabalho, o gênero e as vulnerabilidades sociais. Esses momentos pedagógicos tornam-se ferramenta de ensino/aprendizagem e de construção coletiva entre academia-gestão-território, possibilitando a existência de debates relacionados à interseccionalidade entre raça, gênero e classe (Hollanda, 2020).

O cinedebate, portanto, permitiu, a partir das expressões e opiniões individuais e coletivas, construir um espaço de aprendizado, entendendo diferentes realidades, pessoas e reflexões críticas, ao considerar a identificação e a projeção do indivíduo (Santos *et al.*, 2017). Dessa forma, a partir do uso de linguagens sensíveis e criativas, observou-se uma aproximação entre pessoas, coletividades e mesmo culturas, para além do discurso racional e logocêntrico. É preciso reforçar esses processos de humanização na construção de conhecimentos e narrativas, de forma que haja resistência aos processos marcantes das lógicas de opressão dentro do capitalismo, do colonialismo e do patriarcado (Fasanello *et al.*, 2022).

A produção e a circulação dos filmes podem inspirar práticas inovadoras de copresença, cocriação e coprodução que caminham na direção da renovação das metodologias de produção de conhecimentos voltadas à transformação social, por meio de articulações e diálogos interdisciplinares e interculturais (Fasanello *et al.*, 2022; Porto, 2011). Essa dinâmica proporciona novas formas de circulação da palavra e da imagem. Através da arte é possível realizar uma crítica social que mostra o que está invisível e colocar em ação as capacidades de representar, falar e agir, que deveriam ser comuns a todos os sujeitos (Stevanim; Murtinho, 2021).

Busca-se ampliar ainda mais a divulgação da atenção e da gestão em saúde, seja em espaços institucionais acadêmicos, seja nos territórios ou nos festivais, sendo fundamental a ampliação do acesso ao conhecimento sobre essa temática para toda a sociedade. A importância desse debate torna-se ainda mais visível, pois o documentário foi premiado como melhor filme e melhor fotografia no 16º Festival de Taquary 2023, realizado em Taquaritinga do Norte, assim como recebeu menção honrosa no 9º Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde. A partir do momento em que se ampliam os locais de circulação, amplia-se o público com acesso a esse conteúdo e, dessa forma, reforça-se a visibilização e a comunicação, principalmente no que concerne à saúde, potencializando ainda mais a necessidade de projetos de intervenção que atuem na garantia de direitos dos povos das águas, como defendido pela Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (PNSIPCFA) (Brasil, 2013).

Objetiva-se, assim, superar as crises social, ecológica, econômica e democrática contemporâneas, a partir da compreensão e da conexão dos processos emancipatórios voltados à promoção de justiça, dignidade, saúde e direitos territoriais. É preciso que as práticas acadêmicas na saúde, na atenção e na gestão do SUS contribuam para a construção de um pensamento que adote novos olhares e permeie as bases de compreensão da sociedade atual. É necessário também que haja compreensão do funcionamento errático da ‘modernidade’ e dos seus efeitos sobre o ambiente e as condições de reprodução da vida de povos e grupos sociais, buscando o enfrentamento da crise civilizatória, ao articular os eixos de dominação do capitalismo, do colonialismo racista e do heteropatriarcado, que afetam, principalmente, os povos e os grupos sociais do Sul global (Netto; Silva; Gurgel, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As estratégias de comunicação utilizadas – ou seja, a cartilha e o documentário – possibilitaram o diálogo da sociedade em geral com as mulheres das águas, denunciando a invisibilização causada pelos processos históricos de conflitos evidenciados nos territórios (onde essas mulheres produzem e reproduzem

a vida) e pelos processos estruturais de eixos de dominação do capitalismo e do colonialismo racista e do heteropatriarcado.

As ferramentas utilizadas para comunicar e divulgar a pesquisa científica provocaram interesses da sociedade, seja da academia, de movimentos sociais, de comunidades da pesca artesanal, de profissionais e de gestores da saúde, e promoveram uma reflexão e o desenvolvimento de um olhar crítico sobre o processo de vida e trabalho das mulheres das águas. Acredita-se que essas estratégias de comunicação não só podem contribuir para a democratização do conhecimento como também favorecer a tomada de consciência de profissionais e gestores da saúde sobre os processos que determinam socialmente a saúde dos povos das águas, possibilitando o desenvolvimento de políticas públicas direcionadas para essa realidade.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria Elisabeth de *et al.* Pescadores artesanais, consumidores e meio ambiente: consequências imediatas do vazamento de petróleo no estado de Pernambuco, Nordeste do Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, p. e00230319, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00230319>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/66t7BVfM6X4pBBCJwLcqmfj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 abr. 2023.

AZEVEDO, Natália Tavares de. Conflitos socioambientais, gênero e pesca artesanal. *In*: BARROS, Sávio; MEDEIROS, Alzira; GOMES, Erina Batista (org.). **Conflitos socioambientais e violações de Direitos Humanos em comunidades tradicionais pesqueiras no Brasil**: relatório 2021. 2. ed. Olinda: Conselho Pastoral dos Pescadores, 2021. p. 178-183. Disponível em: http://www.cppnacional.org.br/sites/default/files/publicacoes/Relato%CC%81rio%20de%20Conflitos%20Socioambientais%20em%20Comunidades%20Pesqueiras%20-%202021_0.pdf. Acesso em: 10 abr. 2023.

BARROS, Sávio; MEDEIROS, Alzira; GOMES, Erina Batista (org.). **Conflitos socioambientais e violações de Direitos Humanos em comunidades tradicionais pesqueiras no Brasil**: relatório 2021. 2. ed. Olinda: Conselho Pastoral dos Pescadores, 2021. Disponível em: http://www.cppnacional.org.br/sites/default/files/publicacoes/Relato%CC%81rio%20de%20Conflitos%20Socioambientais%20em%20Comunidades%20Pesqueiras%20-%202021_0.pdf. Acesso em: 10 abr. 2023.

BISPO JÚNIOR, José Patrício; SANTOS, Djanilson Barbosa dos. Covid-19 como sindemia: modelo teórico e fundamentos para a abordagem abrangente em saúde. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 10, p. e00119021, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00119021>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/LVBpYxSZ7XbdXKm74TPPmzR/?lang=pt>. Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.823, de 23 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 202, p. 46, 24 ago. 2012. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1823_23_08_2012.html. Acesso em: 10 maio 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta**. Brasília, DF: Editora do Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacoes_campo.pdf. Acesso em: 20 maio 2024.

BREILH, Jaime. **Epidemiologia crítica**: ciência emancipadora e interculturalidade. Buenos Aires: Lugar Editorial, 2003.

BREILH, Jaime. La determinación social de la salud como herramienta de transformación hacia una nueva salud pública (salud colectiva). **Revista Facultad Nacional de Salud Pública**, Medellín, v. 31, n. 1, p. 13-27, 2013. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-386X2013000400002. Acesso em: 10 abr. 2023.

CARDOSO, Janine Miranda; ROCHA, Rogério Lannes. Interfaces e desafios comunicacionais do Sistema Único de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 6, p. 1871-1879, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018236.01312018>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/pTXBdCDZGJGbpX93xQd3gGK/>. Acesso em: 5 abr. 2023.

CARTIER, Ruy *et al.* Vulnerabilidade social e risco ambiental: uma abordagem metodológica para avaliação de injustiça ambiental. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 25, n. 12, p. 2695-2704, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2009001200016>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/53xmwW4nCBqMpwppfTSWK5P/?lang=pt>. Acesso em: 20 abr. 2021.

DOCUMENTÁRIO sobre mulheres da pesca artesanal estreia hoje. *In*: PACHECO, Tânia. **Combate Racismo Ambiental**. [S. l.], 20 jan. 2023. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2023/01/20/documentario-sobre-mulheres-da-pesca-artesanal-estreia- hoje/>. Acesso em: 20 mar. 2023.

FASANELLO, Marina Tarnowski; PORTO, Marcelo Firpo. Luz, câmera, cocriação: o cinema documentário como inspiração para descolonizar a produção de conhecimentos. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 46, n. spe6, 2022, p. 70-82. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042022E607>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/z4635gqNqp5wYcdSp4ZZ8sr/?lang=pt>. Acesso em: 15 dez. 2023.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (Fiocruz). Instituto Aggeu Magalhães. **Documentário sobre mulheres da pesca artesanal estreia dia 20**. Recife, 10 jan. 2023. Disponível em: <https://www.cpqam.fiocruz.br/institucional/noticias/documentario-sobre-mulheres-da-pesca-artesanal-estreia-dia-20>. Acesso em: 4 mar. 2023.

FLORES, Mariana Gurbindo *et al.* Processos críticos protetores e destrutivos no trabalho das pescadoras artesanais do litoral pernambucano. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/processos-criticos-protetores-e-destrutivos-no-trabalho-das-pescadoras-artesanais-do-litoral-pernambucano/19111?id=19111>. Acesso em: 4 mar. 2024.

FLORES, Mariana Gurbindo; SANTOS, Mariana Olívia dos; GURGEL, Idê Gomes D. **Cartilha marisqueiras: saúde das mulheres das águas**. Recife: Fiocruz, 2022. Disponível em: <https://www.cpqam.fiocruz.br/uploads/Arquivos/bb5850b8-5782-4fb3-8153-9e4663a8abd7.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2023.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 26. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GAGO, Verónica. **A potência feminista: ou o desejo de transformar tudo**. São Paulo: Elefa, 2020.

GURGEL, Aline do Monte. **Uso do coque verde de petróleo como matriz energética em Pernambuco e a perspectiva da vigilância em saúde: estudo de caso no Complexo Industrial Portuário de Suape**. 2011. 159 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz. Recife, 2011. Disponível em: <https://www.cpqam.fiocruz.br/bibpdf/2011gurgel-am.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2023.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. 409 p. Disponível em: https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/obras_digitalizadas/heloisa-buarque-de-hollanda-pensamento-feminista- hoje_-perspectivas-decoloniais-bazar-do-tempo- 2020.pdf. Acesso em: 8 maio 2023.

KNOX, Winifred; FERREIRA, José Gomes. Desastre ambiental e zonas de sacrifício: o derramamento de petróleo no Nordeste do Brasil e políticas públicas de estado. **Revista da Anpege**, Recife, v. 18, n. 37, p. 89-105, 2023. DOI: <https://doi.org/10.5418/ra2022.v18i37.16273>. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/16273>. Acesso em: 3 abr. 2023.

LOPES, Isabelle Bernardina da Silva *et al.* Saúde das trabalhadoras da pesca artesanal: cenários desconhecidos do Sistema Único de Saúde (SUS). **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 46, p. 1-8, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/2317-6369000028719>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbso/a/BJ7G8FZ6gQqPHktyrcXHPS/>. Acesso em: 10 mar. 2023.

MESQUITA, Beatriz; QUINAMO, Tarcísio. Impactos socioeconômicos e ambientais da contaminação por petróleo nas praias do litoral da região Nordeste do Brasil. Relatório parcial. **Fundação Joaquim Nabuco**, Recife, p. 1-41, set. 2020. Disponível em: https://www.gov.br/fundaj/pt-br/composicao/dipes-1/grupos-de-pesquisa-fundaj-cnpq/nucleos-e-centros/centro-integrado-de-estudos-georreferenciados-cieg/petroleo-nas-praias/IMPACTOS_SOCIOECONOMICOS_E_AMBIENTAIS_NAS_PRAIAS_DO_LITORAL_NORDESTE.pdf. Acesso em: 10 maio 2023.

NAKAMURA, Eunice. O método etnográfico em pesquisas na área da saúde: uma reflexão antropológica. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 95-103, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902011000100012>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/6rCKgCzrJnbpBFCskXLvtwL/?lang=pt>. Acesso em: 3 abr. 2023.

NETTO, Guilherme Franco; SILVA, Mariano Andrade da; GURGEL, Aline do Monte. Porto MF, Rocha DF, Fasanello MT. Saúde, ecologias e emancipação: conhecimentos alternativos em tempos de crise(s). **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 46, n. spe2, p. 558-560, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042022E238>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/smkKHSrkHdh9xr9ksRW8TVz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 4 abr. 2023.

O MAR que habita em mim. Direção, Edição e Montagem: Luara Olívia. Recife: Fiocruz Pernambuco, 2023. 1 vídeo (12:37 min.). Publicado pelo canal Fiocruz Pernambuco. Disponível em: https://youtu.be/1PTN8CXjrm0?si=QRkhght16yz0_6Nh. Acesso em: 21 maio 2024.

PENA, Paulo Gilvane Lopes; FREITAS, Maria do Carmo Soares de. Condições de trabalho da pesca artesanal de mariscos e riscos para LER/DORT em uma comunidade pesqueira da Ilha de Maré, BA. *In*: PENA, Paulo Gilvane Lopes; MARTINS, Vera Lúcia A. (org.). **Sofrimento negligenciado: doenças do trabalho em marisqueiras e pescadores artesanais**. Salvador: EDUFBA, 2014. p. 53-92.

PENA, Paulo Gilvane Lopes; GOMEZ, Carlos Minayo. Saúde dos pescadores artesanais e desafios para a vigilância em saúde do trabalhador. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 12, p. 4689-4698, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320141912.13162014>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/gpPmdF6MdkDRxF8kXpnDkNN/?lang=pt>. Acesso em: 12 abr. 2023.

PORTO, Marcelo Firpo de Souza. Complexidade, processos de vulnerabilização e justiça ambiental: um ensaio de epistemologia política. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, v. 93, p. 31-58, 2011. DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.133>. Disponível em: <http://rccs.revues.org/133>. Acesso em: 10 abr. 2023.

SACRAMENTO, Elionice Conceição. **Da diáspora negra ao território das águas: ancestralidade e protagonismo de mulheres na comunidade pesqueira e quilombola Conceição de Salinas-BA**. 187 f. 2019. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2019. Disponível em: http://repositorio.unb.br/jspui/bitstream/10482/37330/1/2019_ElioniceConcei%c3%a7%c3%a3oSacramento.pdf. Acesso em: 10 maio 2023.

SANTOS, Mariana Olívia Santana dos *et al.* La invisibilidad en los periódicos de Pernambuco de las vulnerabilidades socioambientales en la construcción de la refinera de petróleo en Suape/PE. **Espacio Abierto Cuaderno Venezolano de Sociología**, Venezuela, v. 26, n. 2, p. 99-116, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/122/12252818007/html/>. Acesso em: 6 mar. 2023.

SANTOS, Mariana Olívia Santana dos *et al.* “Suape: desenvolvimento para quem?”: documentário como estratégia para vigilância e promoção da saúde. **Visa em Debate**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 4, p. 60-70, 2016. DOI: <https://doi.org/10.22239/2317-269X.00847>. Disponível em: <https://visaemdebate.incqs.fiocruz.br/index.php/visaemdebate/article/view/847>. Acesso em: 10 maio 2023.

SANTOS, Mariana Olívia Santana dos *et al.* Estratégias de comunicação adotadas pela gestão do Sistema Único de Saúde durante a pandemia de covid-19 – Brasil. **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 25, supl. 1, p. 1-20, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/interface.200785>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/sRZcRPfpNtT8xTxKfF4Q6WS/>. Acesso em: 2 maio 2023.

SANTOS, Mariana Olívia Santana dos; GURGEL, Idê Gomes Dantas; AUGUSTO, Lia Giraldo da Silva. Documentário e cinedebate como estratégia de pesquisa-ação em saúde: comunicando perigos, construindo saberes, promovendo saúde. **Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde**, Vitória, v. 20, n. 2, p. 129-139, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/rbps/article/view/21238/14152>. Acesso em: 10 maio 2023.

SILVA, Beatriz Rocha Lins da; RODRIGUES, Gilberto Gonçalves. Pescadoras e pescadores artesanais silenciados: impactos socioambientais do derramamento de petróleo nas comunidades pesqueiras em Pernambuco. **Mares: Revista de Geografia e Etnociências**, Rio Grande, v. 2, n. 2, p. 73-84, 2020. Disponível em: <http://revistamares.com.br/index.php/files/article/view/89/106>. Acesso em: 6 mar. 2023.

STEVANIM, Luiz Felipe; MURTINHO, Rodrigo. **Direito à comunicação e saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2021.

VERDEJO, Miguel Expósito. **Diagnóstico Rural Participativo: guia prático DRP**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria da Agricultura Familiar, 2010. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4616813/mod_resource/intro/pageflip-2583697-3759191-DRP_-_Guia_prtico-2649689.pdf. Acesso em: 6 mar. 2023.

VOZES silenciadas: a cobertura do vazamento de petróleo na costa brasileira. São Paulo: Interozes
– Coletivo Brasil de Comunicação Social, 2020. Disponível em: <https://app.rios.org.br/index.php/s/yszybE6bpap6Ptc>. Acesso em: 3 abr. 2023.